

**NA SENDA DO REFORMISMO:
O BRASIL SOB OS GOVERNOS DO PT**

Marcos Aurélio da Silva¹

Resumo

O artigo busca discutir as políticas levadas a cabo pelo PT na administração do governo nacional seguindo uma perspectiva analítica que valoriza as tendências de fundo da formação social brasileira. Sua tese é de que os governos petistas representam uma reedição do velho reformismo brasileiro, encarnado sob a forma do que a literatura gramsciana entende por revolução passiva. Intercalado a esta discussão está o argumento de que é na mesma categoria gramsciana que se deve buscar a orientação teórica para a interpretação dos protestos de rua de 2013.

Palavras chave: governos do PT; formação social brasileira; tendências históricas.

Abstract

The article discusses the policies implemented by the PT in the administration of the national government following an analytical perspective that values the basic trends of the Brazilian social formation. His thesis is that the PT governments, more than neoliberalism, represent a reissue of the old Brazilian reformism, embodied in what the literature gramscian classifies as passive revolution. Intercalated in this discussion it's the argument that is in the same category gramscian the theoretical guidance for the interpretation of street protests 2013.

Keywords: PT governments; Brazilian social formation; historical trends.

Introdução

Difícil elaborar qualquer análise dos governos do Partido dos Trabalhadores à frente dos rumos do Brasil sem mencionar as grandes manifestações ocorridas entre junho e julho de 2013. Trata-se certamente de um episódio a marcar época. Não obstante, o texto que o leitor se prepara para ler não está centrado na análise destes protestos — no mais das vezes elaboradas, e o que é até compreensível, tendo em vista tão somente um quadro conjuntural. Seu propósito é antes o de analisar os governos

¹ Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, na Universidade Federal de Santa Catarina (Área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano). O artigo aqui apresentado teve também uma versão para o italiano publicada no n°3 na revista *Marx Ventuno*, dez. de 2013

petistas — partindo de um conjunto de textos já elaborados a esse respeito e outros mais — à luz das tendências de fundo da formação social nacional.

Na verdade, se há alguma relação deste artigo com estes protestos — e eis porque a referência já nestes inícios e em algumas outras passagens —, esta é a de buscar adiantar linhas de interpretação que explore o que há neles de mais orgânico e estrutural. E, não seria mesmo incorreto dizer, passados os primeiros momentos, este é o tipo de roteiro que mais será necessário explorar. Quando mais não seja para introduzir uma dimensão crítica — tantas vezes exigida já no calor mesmo dos protestos — em lutas de esquerda que, até certo ponto concebidas sob um formato assaz espontâneo — logo, algo avesso à apreensão da realidade social pelo prisma da totalidade —, acabaram compelidas à coexistência com seu oposto político mais indesejado.

De fato, nunca um recuo histórico mostrou-se tão necessário. E, é este, o desafio que o presente artigo se põe. Seu argumento fundamental é o de que os governos Lula e Dilma Rousseff, com seus avanços e limitações, encarnam uma reedição da trajetória seguida pela formação brasileira até a emergência da crise de acumulação da década de 1980 e do neoliberalismo dos anos 90; a saber, uma formação capitalista que se constrói — e eis onde procurar as raízes dos recentes protestos — por meio de processos reformistas mais bem definidos pelo que Antonio Gramsci chamou de uma revolução passiva.²

Breve recuo no tempo: a formação brasileira no século XX

A formação social brasileira conheceu no século XX um rápido desenvolvimento de seu aparelho econômico, com especial destaque para a indústria de transformação. Com efeito, tratou-se de uma das tantas histórias de superação do atraso por que passaram diferentes países do Terceiro Mundo, os quais Alice Amsden (1990) classificou de países de industrialização tardia. No centro deste processo esteve uma pesada ação estatal que, através de incentivos diversos, forjou uma burguesia nacional controladora de grandes conglomerados industriais. Não obstante, refletindo ainda um grau de subordinação aos centros imperialistas do capitalismo, nos setores de maior

² Abertamente contraditória, posto uma combinação entre revolução e restauração, uma revolução passiva, segundo a formulação rigorosamente dialética que lhe deu Gramsci, não é outra coisa senão a expressão “das necessidades da ‘tese’ de desenvolver-se integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar ‘superar’” (GRAMSCI, 1989: 77).

conteúdo tecnológico esta burguesia foi coadjuvada pelos investimentos realizados por grandes oligopólios multinacionais. A despeito disso, e em razão mesmo das ações estatais, as quais contaram com empresas públicas capazes de funcionar simultaneamente como produtoras de insumos e instrumento do planejamento (com destaque para a Petrobras), estes oligopólios nem sempre lograram impor ao país, como o desejavam suas matrizes, uma ampla desnacionalização das cadeias produtivas (CASTRO e SOUZA, 1985). E eis a explicação do sucesso da industrialização brasileira.

Mesmo diante desta forte transformação, a estrutura econômico-social do país não conheceu mudanças assim tão profundas. E isto certamente se explica pelo fato de que a acumulação capitalista nacional foi o resultado, segundo observaram diferentes autores (COUTINHO, 1989, WERNECK VIANNA, 2004), de uma revolução passiva (GRAMSCI, 2002), ou ainda, numa formulação cara a Lenin (1982), de uma transição capitalista de tipo prussiano (COUTINHO, 1989, RANGEL, 2005). Assim é que, a despeito de quatro décadas ininterruptas de desenvolvimento industrial — iniciadas com as políticas de substituição de importações de Getúlio Vargas nos anos de 1930, às quais se agregaram o desenvolvimentismo do governo Juscelino Kubitschek na segunda metade dos anos 1950, e ainda aquele promovido pela ditadura militar nos anos 1964-1985 —, os representantes do velho bloco agrário historicamente vinculados à economia colonial e suas ramificações internas (o latifúndio do Nordeste brasileiro, das regiões de criação de gado do Sul), não tiveram o seu poder — nomeadamente vinculado a terra — minimamente contestado.

Aliás, se se pode falar da presença de uma estrutura social de base agrária mais democrática, típica daquela que, inspirado em Lenin (1982), Maurice Dobb (1987) associou ao pequeno modo de produção das famílias de camponeses e artesãos abastados, é preciso reconhecer que esta estrutura não conheceu o seu pleno desenvolvimento, inicialmente localizado nas regiões Sudeste e Sul do Brasil (MAMIGONIAN, 1975), sem o apoio financeiro do Estado hegemônico pelo bloco dos latifundiários. E foi este processo, realizado por meio de um deslocamento geográfico da fronteira agrícola nacional — arrastada para o Centro-Oeste do país a partir dos anos 1960 —, que forjou uma poderosa burguesia agrária (RIBEIRO, 1988), hoje com forte inserção no comércio internacional de commodities.

Permitindo que a economia brasileira apresentasse uma das taxas de crescimento econômico mais forte do século XX (segundo dados da ONU, o Brasil apresentou um crescimento médio de 6,7% ao ano entre 1938-88, perdendo apenas para a antiga URSS, com 7,5%) (RANGEL, 1990), este processo também conduziu, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, a uma verdadeira revolução no consumo de massas (CASTRO, 1990). Entretanto, é preciso advertir que isto não equivale dizer que a sociedade brasileira tenha se tornado mais igualitária. Na verdade, esta sociedade de consumo, uma vez conduzida sob um regime de opressão às lutas operárias e populares, como o foi o governo dos militares entre os anos 60 e 80, só pôde se estabelecer porque o crescimento econômico permitia uma forte geração de empregos (que assim ocupava vários membros de uma mesma família), bem como exigia elevadas horas-extras (CASTRO, 1990). Por outro lado, havia também um sistema de correção geral de preços que, oferecendo ao capitalismo nacional alguma proteção contra uma latente crise de superprodução, promovida por uma inflação de fundo oligopolista, permitiu aos assalariados aventurar-se na aquisição de uma série de bens duráveis de alto valor unitário (RANGEL, 1986).

De fato, os indicadores de concentração pessoal da renda são bastante ilustrativos deste curioso processo. Em 1960 os 40% mais pobres da população recebiam 15,8% da renda nacional, contra 34,6% dos 10% mais ricos, percentual que passou para apenas 9,9% em 1986, contra 47,3% dos 10% mais ricos (ROMÃO, 1991). E estes indicadores são também confirmados pelo incremento do coeficiente de Gini — medida de concentração que varia de zero (nenhuma desigualdade) a um (máxima desigualdade) —, que passou de 0,49 em 1960 para 0,61 em 1987 (ROMÃO, 1991). Assim é que, nas regiões atrasadas, o fenômeno da pobreza social, não obstante toda melhoria propiciada pelos ciclos de expansão econômica, permaneceu ainda bastante forte. Veja-se o caso das áreas metropolitanas do Nordeste. Ali o percentual de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza em 1986 oscilava entre 30,1% (Fortaleza) e 45,9% (Belém), ao passo que nas metrópoles do Sul e Sudeste esta oscilação era de 10,5% (Curitiba) e 26,4% (Belo Horizonte) (ROMÃO, 1991). E é oportuno observar que, para alguns indicadores sociais, como mortalidade infantil, alfabetização e esperança de vida, os números do Nordeste brasileiro “eram muito inferiores ao das demais regiões e equivalente aos dos países mais pobres do mundo” (ROMÃO, 1991).

Crise de acumulação e neoliberalismo

É correto dizer que o agravamento destas condições sociais a partir da segunda metade dos anos 80 está relacionado à perda de fôlego do crescimento de longo prazo da economia nacional. E isto se explica tanto por fatores internos quanto externos. Entre os primeiros está a presença de uma supercapacidade de produção nos setores que lideraram o crescimento até os anos 80, a saber, indústria de bens de capital e insumos básicos (RANGEL, 1986). Já no plano externo o Brasil começa a se deparar com o problema da crise da dívida externa que afeta o conjunto dos países latino-americanos, crise esta agravada no início dos anos 80 quando as taxas de juros que indexavam o endividamento são fortemente elevadas pela política monetarista que Paul Volker fez valer à frente do Federal Reserve Bank. Aliás, diferindo da maioria dos países do continente, no Brasil, a dívida externa, cujo crescimento explosivo esteve muito determinado por esta mudança no patamar dos juros, não foi feita tanto para pagar a construção do parque fabril, como geralmente se afirma (OLIVEIRA, 2003). Tratava-se de recursos para pagar a conta do petróleo enquanto as novas explorações da Petrobras na Bacia de Campos não se concluíam (CASTRO e SOUZA, 1985). Afinal, se assim o fosse, tal construção sequer teria sido possível, dada à conhecida prática dos empréstimos casados operada pelos conglomerados imperialistas. E eis que aqui se compreende uma parte importante do êxito industrial brasileiro nos anos 70.

Postos estes problemas, o resultado das eleições presidências de 1989, as primeiras após 25 anos do golpe militar contra João Goulart, teve um desfecho trágico para as forças populares que haviam lutado pela democratização a partir de uma posição à esquerda. A vitória de Collor de Mello sobre o metalúrgico Lula da Silva abriu o caminho no Brasil para o neoliberalismo, que depois foi aprofundado pela presidência do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. E justamente aqui o endividamento externo cobrou o seu preço. Com efeito, todo o programa neoliberal dos dois mandatos de Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) tem por origem uma renegociação da dívida externa brasileira acordada com o FMI em 1993 — quando Cardoso era ainda ministro da fazenda de Itamar Franco, o vice-presidente que assumiu após o *impeachment* de Collor de Melo —, renegociação amplamente realizada segundo os interesses do grande capital internacional (AZEVEDO *et al.*, 1998).

Por este caminho, uma grande privatização foi posta em prática — 69 empresas e participações acionárias estatais em setores como o elétrico, de mineração, portuário, ferroviário, financeiro e de informática entre 1991 a 2002 — (MATTOSO, 2010). Além disso, uma política macroeconômica amplamente recessiva, apoiada em juros extremamente elevados, corte de gastos públicos e câmbio apreciado (este último resultado da própria política de juros e da não atuação do Banco Central na área cambial), provocou uma grande onda de desnacionalização no setor privado — entre 1997 e 1998 sete bancos de varejo de grande porte foram comprados por bancos internacionais — (AZEVEDO *et al.*, 1998). Do mesmo modo, a balança de transações correntes foi fortemente afetada, levando a uma grande crise cambial no ano de 1998 (o pequeno superávit de 1992 havia dado lugar a um déficit de cerca de US\$ 39 bilhões naquele ano) (MATTOSO, 2010). É ilustrativo a respeito o que ocorrera com o setor automobilístico. Historicamente subordinado a uma política de nacionalização das partes e peças, os grandes oligopólios atuantes no país puderam contar com uma tarifa protecionista de 70% contra as importações de automóveis, enquanto seus fornecedores, geralmente empresas nacionais, tendo de suportar uma forte onda de importações, tornaram-se objeto de aquisição pelos capitais estrangeiros (AZEVEDO, *et al.*, 1998). Aliás, observando o conjunto da indústria, vê-se que a alíquota média das tarifas de importação, que era de 40% em 1990, caiu para 20% no governo Collor de Mello e para 12,6% no governo Cardoso, sendo que a alíquota mais frequente caiu respectivamente de 32,2% para 20% e por fim para 2% (BOITO JR, 2012).

Nesse contexto, não há como impedir a progressão do desemprego (na região metropolitana de São Paulo o desemprego passou de 10% para 19% entre 1990 e 2002) e a manutenção dos perversos índices de desigualdade social — como o demonstra a sustentação do coeficiente de Gini na casa dos 0,60 durante todo o primeiro governo de Cardoso — (MATTOSO, 2010). Desemprego e desigualdade também resultado de uma onda de terceirização nas indústrias que, não obstante toda modernidade fabril alcançada por décadas de industrialização, terminou por reforçar as formas dantescas de exploração da força de trabalho ainda existentes no país. E, não deve haver dúvida, foram estas iniquidades da forma neoliberal que levaram à vitória das forças de esquerda nas eleições de 2002, encabeçadas por Lula e o Partido dos Trabalhadores. Um processo que, vale advertir, já iniciado com a ascensão de Chávez na Venezuela em 1998, iria se difundir por grande parte da América Latina nos anos seguintes.

Os governos do PT: as primeiras medidas e os seus críticos

É consenso que os primeiros anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) foram marcados por medidas que frustraram enormemente sua base eleitoral. Já no primeiro ano, pressionado por um mercado financeiro que houvera suportado em 2001 o maior “calote” da história — quando a Argentina deixou de pagar aos seus credores—, o governo Lula adotou uma série de medidas que não poderiam senão produzir, já em 2003, crise e desemprego: forte elevação das taxas de juros; um quase congelamento do salário mínimo; pesado corte de gastos (superior aos 3,1% do PIB exigidos pelo FMI); reforma da previdência social; e ainda uma taxa de câmbio flexível que em nada protegeu a economia da concorrência externa (ANDERSON, 2011; SINGER, 2012).

Não obstante, aos poucos foi possível perceber que estas medidas passaram a ser contrabalançadas por outras de sentido oposto. Foram elas: a ampliação das transferências de renda para os mais pobres através do programa Bolsa Família; a expansão do financiamento popular por meio do crédito consignado; e, a partir de 2005, a aplicação de uma política de valorização do salário mínimo — tudo isso permitindo a ativação do mercado interno de massas, fortemente deprimido no governo Cardoso (SINGER, 2012). É certo que estas medidas mais populares, favorecidas pela recuperação do crescimento econômico (entre 2004 e 2006 o PIB cresceu 4,3%), estiveram relacionadas a um contexto internacional mais favorável. Por um lado, o crescimento da China estimulou amplamente as exportações brasileiras de soja e minério de ferro, e isto a preços bastante elevados (o chamado *boom* das commodities); por outro, as taxas de juros mais baixas em vigor nos EUA fizeram chegar ao Brasil uma massa de dólares que permitiu sustentar reservas internacionais bastante elevadas (ANDERSON, 2011).

A despeito das políticas mais populares, não foram poucos os quadros da esquerda que, integrando as lutas sociais e intelectuais da sociedade brasileira ao lado PT, desligaram-se do partido logo no primeiro momento e passaram a endereçar-lhe críticas bastante severas. Vejamos duas destas críticas antes de seguir em frente.

O sociólogo Francisco de Oliveira (2003; 2010) falou de uma hegemonia às avessas, entendendo por isso uma situação em que as classes dominantes permitem ser conduzidas pelas classes dominadas sob a condição de que não se questione a exploração capitalista. Nesse sentido, programas como Bolsa Família não seriam mais

que uma *aparência*: os subalternos parecem dominar, mas eles não oferecem senão uma “direção moral” que, além disso, despolitiza a pobreza e a desigualdade (2010). Por outro lado, as lideranças sindicais formadas em torno do PT, origem do novo sindicalismo que se organizara em São Paulo a partir das grandes lutas dos anos 70, passam a integrar a administração dos fundos de pensão das grandes estatais. E, assim o fazendo, teriam se transformado em uma nova classe social que, tendo o controle dos fundos públicos, se empenha no financiamento da “reestruturação produtiva que produz desemprego”. Aliás, seria esta a única forma de sobrevivência do capitalismo brasileiro na era da acumulação flexível, já que mesmo as novas tecnologias, agora sujeitas ao rápido descarte, estariam fortemente protegidas por patentes, assim inviabilizando a possibilidade de aceleração dos investimentos como proporção do PIB — investimentos estes também bloqueados pelo rentismo que alimenta o endividamento. E eis que os jovens brasileiros mais pobres não teriam outra opção senão as ocupações precárias oferecidas nas grandes cidades, já identificadas como funcionais à acumulação (OLIVEIRA, 2003).

Outro autor de grande envergadura, o filósofo Carlos Nelson Coutinho (2010), prefere falar não de uma nova classe, mas de uma fração de classe, bem como, no lugar de hegemonia às avessas, prefere o conceito de contrarreforma. Seria este o conceito que daria sentido à hegemonia da pequena política a que teria se entregado o governo do PT, uma forma típica da era da servidão financeira — contemporânea do fim da era fordista, do colapso do socialismo real e das ideias socialistas. Segundo Coutinho, ainda que se observe qualquer preocupação social, a era da contrarreforma não faz outra coisa senão adotar políticas compensatórias, algo totalmente oposto ao que se observava no período fordista, marcado muito mais pela conquista de novos direitos do que pelas ações fragmentadas, que não põem em xeque o predomínio do velho *status quo*. E aí estariam, poder-se-ia concluir, as políticas sociais dos governos do PT (as transferências de renda, as cotas étnicas), bem acompanhadas das reformas liberalizantes que introduziu (a reforma da previdência) e da própria perda de identidade socialista — ou a americanização — do partido.

As diferentes fases do governo: a trilha do reformismo

Pode-se dizer que os críticos do governo de Lula estariam muito apegados a uma primeira — e decepcionante — fase do governo? Com efeito, não é aqui sem importância lembrar, com Perry Anderson (2011), que Lula tenha sido o único governante do mundo capaz de reivindicar para si a conquista de ter entregado o cargo com 80% de popularidade, e isto após ter perseguido não uma moderação, mas “uma radicalização no governo”. Por outro lado, é verdade que, a despeito de todo avanço, a continuidade de políticas frustrantes para a esquerda, notadamente presentes na condução macroeconômica do país (muito marcada pelas elevadas taxas de juros), justifica que os aspectos mais nefastos sejam tomados por muitos dos críticos de esquerda como os dominantes.

Não é este o caminho que segue André Singer (2012). Para ele o conjunto contraditório de medidas que acima descrevemos constitui de fato apenas uma primeira fase do governo petista. A partir de 2006 os rigores do neoliberalismo se enfraquecem e começa a se desenhar uma política mais desenvolvimentista. Estaríamos diante de uma segunda fase do governo Lula, caracterizada pela valorização do salário mínimo, pela flexibilidade do gasto público, pelo lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que permitiu recuperar a capacidade do Estado como indutor do investimento privado, e ainda pela redução das taxas de juros (de 19,75% ao ano em agosto 2005 para 11,25% em setembro de 2007). E uma terceira fase, forjada a partir da crise mundial de 2008, cujo marco foi a quebra do *Lehman Brothers*, levaria ainda mais a frente esta ruptura. É quando a política econômica assume aqui um perfil nitidamente keynesiano. O consumo popular é estimulado com aumentos do salário mínimo, com as transferências de renda, com o alongamento do crediário, com os incentivos fiscais e ainda com a transferência de 100 bilhões de reais do Tesouro para o BNDES, o banco de desenvolvimento estatal que assume a função de contrabalancear a lentidão do Banco Central em reduzir as taxas de juros (que desceu a 8,75% em 2009). Além disso, agregando-se ao Programa Bolsa Família e à valorização do salário mínimo, símbolos maiores da primeira e segunda fase, respectivamente, o governo colocaria em marcha um programa de habitação popular que teve por resultado estimular as contratações na indústria de construção civil.

Os resultados não poderiam ser mais alentadores. Como o demonstra Singer, já em 2008 o investimento global, que em 2005 estava em torno de 16% do PIB, alcança a casa dos 19%. E neste patamar tem se mantido até agora (em 2009 e em 2012 foi de 18,1% do PIB) (OJEDA e BRASILINO, 2013). Por seu turno, as condições sociais seguiram melhorando. Lula entregou o governo tendo criado 10,5 milhões de postos de trabalho formais, o que fez o desemprego alcançar a casa dos 5,3% em 2010, uma situação de quase pleno emprego (4,7% em 2011), enquanto o coeficiente de Gini baixou de 0,58 em 2002 para 0,53 em 2010, refletindo um crescimento da renda per capita dos 10% mais pobres da população de 6,8% ao ano entre 2001 e 2009, contra apenas 1,5% dos 10% mais ricos. Daí a grande difusão do consumo de massa do período que, atingindo as camadas mais desfavorecidas da população, permitiu até mesmo desatrelar o crescimento da economia da expansão da demanda externa.

E eis aqui o que é relevante no argumento de Singer. Neste processo, a base social do PT, muito concentrada socialmente no proletariado do Sudeste e no funcionalismo público, migra, desde a reeleição de Lula em 2006, para a camada mais pobre da população, geograficamente concentrada na região Nordeste (em 2002 apenas 17% das famílias com renda mensal até dois salários mínimos votaram no PT, enquanto em 2006 e 2010 este percentual foi respectivamente de 42% e 47%). É que justamente nesta região os ganhos foram relevantes. O PIB per capita cresceu 86% entre 2002 e 2008, tendo o investimento do governo federal no estado de Pernambuco, carro chefe de toda a região, crescido 150% entre 2006 e 2010, processo que permitiu mesmo o retorno de muitos migrantes que, fugindo da pobreza histórica, haviam se instalado nas cidades mais prósperas do Sudeste. Ora, trata-se de um grupo social na maioria das vezes apartado das lutas do moderno proletariado industrial (uma massa rural e semirural), e cuja orientação política sempre esteve ligada aos interesses do velho bloco agrário dessa região.

Agora se pode entender a razão dos que acusam no PT uma despolitização, insistindo que o partido teria se afastado da luta do velho proletariado paulista. Todavia, a interpretação de Singer é outra. Para ele não se trata de despolitização. A política foi apenas lançada ao fundo do palco. O que o governo do PT empreende é uma reorientação ideológica, uma nova polarização na política brasileira, tanto social quanto geográfica. Seu alvo é o subproletariado — o qual poderíamos definir como aquela “gente pobre” e “sem qualificação distinguível” de que falou Gramsci (1987: 143) —

que, formando 1/3 da população brasileira neste início de século, e localizado preferencialmente na região Nordeste, figura como o principal beneficiário da ampla geração de empregos promovida pelas políticas governamentais. Um movimento a partir do qual se logra formar uma nova classe operária, como os trabalhadores de telemarketing e aqueles das novas obras de infraestrutura. E, se sua adesão política não envolve mobilização social, como ocorre com o velho operariado do Sudeste, esta seria, segundo Singer, uma situação apenas transitória, com tendência a extinguir-se com a própria transformação deste subproletariado em nova classe operária.³

A rigor, a luta política far-se-ia agora “por cima”. Uma luta no interior do próprio Estado, que deve arbitrar diferentes interesses. E o caminho seguido não deveria deixar dúvidas. O governo do PT, a despeito das contradições ainda reinantes, encarna uma *coalizão produtivista*, formada pelo capital industrial, o operariado (ao qual tende a se incorporar o subproletariado) e o Movimento dos Trabalhadores sem Terras (MST). A ela opondo-se a *coalizão de interesses rentistas*, liderada pelo capital financeiro nacional e internacional, o agronegócio e a classe média tradicional, amplamente beneficiada pelas importações, pelas viagens internacionais e pelas elevadas taxas de juros que asseguram aplicações nos papéis da dívida pública.⁴

De qualquer modo, uma vez que busca ainda contemporizar diferentes interesses, aceitando por isso mudanças muito lentas — enquanto Lula demorou dez anos para elevar em 60% o salário mínimo,⁵ em apenas um ano o socialista Salvador Allende elevou esta remuneração em 67% — com o objetivo de evitar conflagrações sociais, o governo do PT seria mais bem caracterizado como um governo de reformismo fraco. Não se trata, todavia, de neoliberalismo ou contrarreforma. Estaríamos antes diante do roteiro das revoluções passivas. Aliás, em analogia com o velho PCB, Singer sustenta que o PT dos dias atuais deixou evidenciar mais claramente suas duas almas: uma declaradamente pragmática, outra ainda ideológica, de convicções nitidamente socialistas.

³ De fato, não é sem sentido dizer que aqui encontramos uma parte dos manifestantes que saíram às ruas entre junho e julho para protestar por melhorias nos serviços públicos de transporte.

⁴ Algo entre 10 e 15 mil famílias as quais poderíamos caracterizar como de alta classe média, absorvem cerca de 120 bilhões de dólares anuais desta dívida (ANDERSON, 2011).

⁵ Vale registrar que 55% dos jovens brasileiros entre 18 e 30 anos pertencem aos estratos sociais que ganham menos de dois salários mínimos (SILVA, 2013). Certamente, como mesmo Singer reconhece, muitos destes novos assalariados estão sujeitos ao trabalho precário, no exemplo das altas taxas de rotatividade.

Com algumas variações, esta interpretação não é muito diferente da que esposou Armando Boito Jr. (2012). Também para ele, a partir de 2005, ano em que aparece o escândalo do caixa 2 (o chamado “mensalão”), utilizado para os financiamentos da campanha eleitoral de 2002, é possível observar um distanciamento do governo Lula dos cânones do neoliberalismo — ou do neoliberalismo mais radical, poder-se-ia dizer. E isso equivaleria à aproximação com o que seria uma nova burguesia nacional.

De fato, afastando-se das leituras que, partindo da recente fase da internacionalização do capital, sustentam o desaparecimento desta classe social, o autor insiste que as políticas aplicadas pelo governo Lula a partir de 2005 representam claramente os interesses do que Nicos Poulantzas chamou de uma burguesia interna. Trata-se de uma fração da classe burguesa capaz de ocupar “uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional, passível de adotar práticas antiimperialistas, e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo” no interior dos países de economia dependente (BOITO JR., 2012: 67). E justamente por não ser mais aquela velha burguesia a lhe emprestar apoio, é que o governo se enredaria em contradições, pois a nova classe burguesa (usineiros, indústria naval, construção pesada, indústria de processamento de carnes), diferentemente da anterior, tenderia simultaneamente a “associar-se ao capital imperialista e limitar a sua expansão no interior do país” (BOITO JR., 2012: 68).

Nesse sentido, o projeto econômico dominante seria mais bem caracterizado como neodesenvolvimentista. Ele não é o neoliberalismo do governo Cardoso, mas também não seria o avesso do neoliberalismo, como se observara nas políticas desenvolvimentistas anteriores a 1980. A política que o forjou foi aquela que desarticulou a Alca, que promoveu a diplomacia e a política de comércio exterior que visou à conquista de novos mercados no hemisfério sul, que suspendeu o programa de privatizações, que encetou o fortalecimento das estatais remanescentes e que recuperou o papel de fomentador da indústria nacional por parte do BNDES, notadamente através de uma política de fomento a poderosas empresas brasileira. Não obstante, esta política demonstraria ainda fortes limitações. Elas aparecem no crescimento econômico modesto, em uma especialização regressiva do aparelho produtivo — muito presente na ênfase ao processamento de produtos agrícolas e minerais e numa indústria de transformação de baixa densidade tecnológica —, e ainda em um desenvolvimento orientado basicamente pelas exportações.

Para Boito Jr., esta nova burguesia não fora levada a formar uma frente com o operariado que formava a base do Partido dos Trabalhadores por vontade própria. Esta frente “foi, antes de tudo, o resultado indireto e, até certo ponto inesperado, da luta do movimento sindical e popular”. Movimento que, afirmando-se como um campo “reformista eleitoralmente viável”, se mostrou capaz de empurrar a grande burguesia interna — que para o autor inclui ainda o agronegócio, pelo menos em sua fração mais diretamente ligada ao financiamento, comércio e processamento da produção agrícola—, para uma “frente política que o próprio movimento operário e popular não tinha condições de dirigir”, mas nem mesmo a fração burguesa (BOITO JR., 2012: 72).

Daí as inúmeras contradições presentes nesta frente: os ziguezagues políticos de uma fração desta burguesia em época eleitoral; as disputas em torno do gasto público entre o movimento sindical e operário e a burguesia (que quer um Estado “dadivoso para os empresários” e enxuto para os trabalhadores, opondo-se à contratação de funcionários públicos, aos reajustes do salário mínimo, aos gastos com a previdência etc.); a preservação de uma política macroeconômica apoiada no rentismo, de largo interesse do setor bancário nacional, de longe o maior detentor — ao lado da alta classe média, acrescentaríamos — dos títulos da dívida pública, e contra o qual se opõe o setor industrial, mas também o operariado. E eis que, na formulação de Boito Jr., o operariado e o movimento popular figuram apenas como a força principal desta frente, não sua força hegemônica. O que certamente resulta em um bloco de poder muito semelhante ao que imaginaram os comunistas brasileiros nos anos cinquenta do século passado, mas com diferenças já muito importantes, sustenta o autor. (Para quem, aliás, em uma leitura aqui oposta a de Singer, o PT já se formou como um partido social-democrata).

Um balanço

A ideia de que o Brasil governado pelo Partido dos Trabalhadores é ainda um país amplamente subordinado ao neoliberalismo vigente no mundo Ocidental certamente se deixa enredar em uma série de equívocos. De fato, é com razão que André Singer insiste na tese de que um país que conseguiu reduzir as desigualdades, como o demonstra a análise de indicadores internacionalmente confiáveis (e isto a despeito dos grandes ganhos das famílias rentistas), só muito forçosamente pode ser interpretado por este prisma. E nem mesmo o recurso à diferença entre aparência e

essência seria aqui um argumento adequado, vale acrescentar. A não ser que se queira esquecer, à moda de um marxismo nada consistente, que a aparência é também um nível da realidade, e que mesmo este nível não deixa de ser uma expressão das lutas entre as diferentes classes.

Aliás, não é outro senão esse o ponto de vista que Domenico Losurdo (2013) sustentou muito recentemente, para quem a luta de classes a qual se referiam Marx e Engels não estava restrita às revoltas protagonizadas pelo proletariado, incluindo também aquelas contra a segregação racial, contra a exploração imperialista etc. Eis como a tese de um governo que, aplicando uma série de programas sociais, aposta, todavia, na despolitização da sociedade, figura um tanto frágil. Certamente, curvando-se exageradamente ao presidencialismo de coalizão, que domina os governos brasileiros desde o fim da ditadura militar — ele ainda uma expressão da revolução passiva brasileira, posto permitir, em troca de apoio parlamentar, a preservação de velhos interesses na máquina pública, interesses de um *quase* coronelismo municipalista⁶ —, o Partido dos Trabalhadores tem abdicado de organizar as grandes massas, como antes o fazia — o que, aliás, em parte ajuda a explicar a forma desagregada que assumiram os protestos nos meses de junho e julho de 2013 (SILVA, 2013). No entanto, pensar a política, e mesmo a política de esquerda, apenas por esta dimensão, seria aceitar uma interpretação um tanto empobrecedora — e às vezes mesmo próxima do que Losurdo chamou de um *idealismo da práxis* (2013: 240).

Com efeito, e para permanecermos na chave interpretativa de Losurdo, não é luta de classes o conjunto de políticas levadas a efeito pelo governo Lula no âmbito da geopolítica (e também da geoeconomia) internacional? Podemos aqui enumerar os muitos exemplos que nos fornece Perry Anderson (2011): 1. A liderança junto aos países pobres do Sul para impedir as tentativas da União Europeia e dos Estados Unidos de impor acordos de livre comércio na OMC; 2. o reconhecimento do Estado da Palestina; 3. a recusa a integrar o bloqueio contra o Irã; 4. o manto de amizade e proteção com que cobriu os governos da Bolívia, Venezuela, Equador, todos mais radicais que os do próprio Partido dos Trabalhadores no Brasil.

Assim, mais que neoliberalismo, parece ser correto falar de um caminho reformista, segundo sugeriram Boito Jr. e principalmente Singer. Diríamos uma

⁶ A formulação, certamente em chave *aggiornata*, posto que parte substancial dos coronéis há muito já ingressou nas fileiras da burguesia rural, remete à clássica obra de Vitor Nunes Leal (2012).

recuperação, ou mais rigorosamente ainda uma retomada da revolução passiva brasileira, interrompida com a crise de acumulação dos anos 1980 e o neoliberalismo da década de 1990.

Malgrado o anterior, se falamos do reencontro com um caminho já trilhado, seria necessário rever o grau de especificidade que o conceito de neodesenvolvimentismo esposado por Boito Jr. busca atribuir à época atual. De fato, esta burguesia interna que agora se associa ao proletariado e às forças populares não difere tanto da velha burguesia da fase áurea da industrialização nacional. Em primeiro lugar porque ela em parte descende da primeira. Segundo porque suas associações com as forças imperialistas, sempre visando determinados interesses (a transferência de tecnologia, a divisão do mercado em determinada cadeia produtiva), não são uma novidade. Aliás, se assim o é, não seria demais lembrar que Ignácio Rangel (1981; 1986), numa chave que claramente está em conformidade com um marxismo que não se esquece de observar as tendências de fundo do processo histórico — a exemplo, diga-se, de autores da estatura de um Gramsci ou um Gerratana (LOSURDO, 2006; SIMONI, 2006) , assinalou ser o período pós-ditadura militar aquele em que a burguesia brasileira, superando os velhos interesses agrários-, alcançaria a hegemonia no aparelho de Estado.

Todavia, a efetivação desta tendência — e com ela o capitalismo popular a que se referiu Singer —, não se fará sem a superação de uma deficiência de fundo do governo petista, assinalada por todos os interpretes. Trata-se da contemporização com o rentismo e com a rolagem da dívida pública.

De fato, aqui está o ponto de Ignácio Rangel. Já o final do processo de industrialização produziu uma enorme dívida pública interna. E ela era o produto de uma ampla superprodução de capitais no departamento 1 que, não encontrando canais de investimentos, pressionava as contas públicas como forma de proteção de seus ativos financeiros. Ao mesmo tempo, esta superprodução convivia com grandes carências em infraestrutura — as mesmas que estão nas origens dos muitos protestos de meados de 2013 —, geralmente sob o controle do poder público endividado. Ora, à moda das grandes crises que fragilizaram diferentes Estados no *Ancien Régime* (MARX, 1987; MARX e ENGELS, 1991), nosso autor vislumbrou aqui o caminho pelo qual a burguesia nacional cumpriria sua tarefa histórica. Este seria o das concessões das grandes infraestruturas descapitalizadas que estavam em poder do Estado para os setores em superprodução controlados por esta mesma burguesia — uma forma, enfim,

de adequar as forças produtivas às novas relações capitalistas que vão se tornando hegemônicas. E tão somente estas infraestruturas descapitalizadas. Jamais as empresas públicas superavitárias que começaram a ser vendidas no início dos anos 90, e das quais nosso autor foi um crítico mordaz.

Ora, o que dizer das grandes concessões de estradas, ferrovias, aeroportos e terminais portuários, levadas a efeito durante o governo da sucessora de Lula quase simultaneamente à inédita redução das taxas de juros do Banco Central? Certamente, por este caminho, não só os excedentes financeiros da burguesia conseguem encontrar aplicação na esfera produtiva. Mesmo o setor bancário, detentor do principal da dívida pública nacional, bem como os fundos de pensão controlados pelo sindicalismo das estatais, não ficam obrigados a permanecer na esfera da especulação, pressionando com isso as contas do governo. De fato, talvez pudéssemos pensar aqui no que François Chesnais (1996: 79), em uma leitura algo diferente daquela de Francisco de Oliveira, indicou ser uma das tendências em que se apoiam as aplicações dos investidores institucionais na atual fase da mundialização capitalista; a saber, aquela dos investimentos empreendedores. Desde que as políticas estatais encontrem meios de bloquear o rentismo, acrescentaríamos.

E eis que emerge destas concessões voltadas para fomentar a *esfera produtiva* — elas também um caminho para elevar o investimento acima dos 18% do PIB —, uma forte necessidade de planejamento estatal. E, ainda segundo Ignácio Rangel, este deveria afetar notadamente o setor externo da economia, entre outros motivos para garantir um elevado grau de nacionalização dos equipamentos de que necessitam as grandes obras de infraestrutura. Não há dúvida que as recentes leis que conferem preferência para as compras no mercado nacional por parte das estatais (a exploração da camada Pré-sal do petróleo, por exemplo) se inserem neste contexto.

Mas neste campo há ainda que aguardar uma política cambial menos subserviente — a qual, aliás, Singer parece atribuir exagerada funcionalidade na política social petista, ao permitir a importação de produtos asiáticos de baixo custo para a camada do subproletariado.

De fato, a despeito dos avanços no controle dos fluxos de dólar através de medidas fiscais, como o aumento de 2% para 6% no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em 2011, fortemente criticadas pelo FMI, a indústria brasileira continua ameaçada. A participação da indústria de transformação no valor adicionado

da economia, que era de 31,3% em 1980, caiu para 20,7% em 1990, 17,2% em 2000 e 14,6% em 2011.⁷ É nesse sentido que permanece aberto o campo para medidas mais rigorosas de controle cambial,⁸ no exemplo do estabelecimento de um tempo mínimo de permanência no país dos capitais que buscam aplicação de curto prazo (a famosa “quarentena” já aplicada no Chile), se se quiser levar a diante as tendências de fundo da formação nacional. Afinal, a despeito da presença de um setor dinâmico ainda vigoroso no interior do parque fabril,⁹ e até de uma agricultura já fortemente industrializada, condições naturais excepcionalmente dadas — como uma quantidade de terras disponíveis equivalentes à dos EUA e da Rússia juntos e recursos hídricos renováveis equivalentes aos de toda a Ásia (ANDERSON, 2011) —, podem facilmente conduzir a uma regressão produtiva. E, por este meio, pôr em xeque o próprio capitalismo popular que se esboça, pois a experiência internacional tem demonstrado que apenas países escassamente povoados (Austrália, Nova Zelândia, Finlândia) têm conseguido alcançar um elevado padrão de vida sem uma industrialização em larga escala (ANDERSON, 2011).

Ao fim e ao cabo, trata-se de todo problema da ameaça imperialista, que no presente período histórico opera fortemente através das pressões sobre a política cambial (SILVA, 2008). Mas isto não quer dizer que a tarefa da política cambial seja pôr o Brasil na fronteira da técnica a curto e médio prazo. Mesmo a China, com uma política cambial fortemente protecionista e uma política industrial voltada a superar o monopólio ocidental da tecnologia, sabe que o caminho a percorrer para superar o Terceiro Mundo é longo (JABBOUR, 2012; LOSURDO, 2012). Com efeito, se é certo que, à diferença do desenvolvimento histórico resultante da crise do *Ancien Régime*, o futuro da burguesia brasileira depende hoje de uma ultrapassagem dialética, esta não é outra senão aquela em que, destronando o que resta dos velhos interesses agrários (a

⁷ *Valor Econômico*, 21.08.2012, p. A4.

⁸ Não por acaso, diante do esperado fim da política norte-americana de *quantitative easing*, as medidas fiscais acima mencionadas estão agora (junho de 2013) sendo retiradas, de maneira a evitar uma crise cambial que já não pode ser enfrentada por meio de um sólido saldo comercial.

⁹ Estudos recentes (NASSIF, 2013) demonstram que em indústrias do departamento 1 (petróleo e gás, siderurgia, bens de capital) a relação capital/produto (que em termos marxistas equivale à relação capital/trabalho) é bastante elevada. Ora, sem pretender aqui uma análise interdepartamental mais aprofundada, basta dizer, a título de uma contraposição à ênfase que põe Singer nas importações para explicar uma parte da expansão do consumo das classes operárias, que qualquer crescimento mais veloz neste departamento 1 é, portanto, compatível com a progressão salarial dos trabalhadores deste mesmo setor. Por sua vez, lucros e salários aqui produzidos podem alimentar lucros e salários nos departamentos 2 e 3. Certamente, isso não poderá ocorrer se a proteção cambial faltar.

especulação com terras, por exemplo), essa mesma burguesia seja capaz de organizar a etapa financeira do capitalismo (RANGEL, 1981, MAMIGONIAN, 2004). E eis que todo o conjunto de concessões para a exploração burguesa das infraestruturas antes assinalada esteja sendo acompanhado de uma série de estímulos ao mercado de ações (as debêntures de infraestrutura).

Não é o socialismo, certamente. Todavia, a título de um desafio político e intelectual para a esquerda brasileira, não seria demais recordar a observação de Lenin (1987) segundo a qual a etapa do entrelaçamento do capital bancário com o industrial, é também aquela em que a anarquia da produção encontra o seu limite histórico. Evidentemente, segundo observou Gramsci (2001), pode ocorrer também que “a necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática” encontre meios de se realizar através de uma forma ou outra de revolução passiva, que assim passa a se constituir ela própria como uma “época” histórica. No mais, mesmo este é ainda um caminho incerto, como o demonstra a organizada presença da direita nos mais recentes protestos de rua.

Bibliografia

AMSDEN, Alice. Third world industrialization: “global fordism” or a new model? In: *New Left Review*, nº 182, 1990, p. 5-31.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 91, 2011, p. 23-52.

AZEVEDO, Carlos, PEREIRA, Raimundo e GOMES, Luiz Marcos. O esquema tático de FHC. In: *Caros Amigos*, nº 2, 1998, p. 12-21.

BOITO Jr. Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional o poder. In: BOITO Jr. e GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda; Fapesp, 2012.

CASTRO, Antônio Barros de. Consumo de massas e retomada do crescimento. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). *O Brasil e o mundo da terceira revolução industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990, p. 111-119.

____ & SOUZA, Francisco Eduardo Pires. *A economia brasileira em marcha forçada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985. 217 p.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Trad. FOÁ, Silvana Finzi. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via não clássica para o capitalismo. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp; Brasiliense, 1989, p. 115-131.

_____. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco, BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 7. ed. Trad. BRAGA, Manuel do Rêgo. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 396 p.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 165 p.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 7 ed. Trad. GAZZANEO, Luiz Mário. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989. 444 p.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 394 p.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 5. Trad. HENRIQUES, Luiz Sérgio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 461 p.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 363 p.

LENIN, Vladimir Ilich. *O programa agrário*. Trad. (?). São Paulo: LECH, 1980. 214 p.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Trad. NETTO, José Paulo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402 p.

_____. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4 ed. Trad. BECKERMAN, Olinto. São Paulo: Global, 1987. 127 p.

JABBOUR, Elias. *China hoje: Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Marício Grabois; Paraíba: Eduepb, 2012. 456 p.

LOSURDO, Domenico. *Gramsci: do liberalismo ao “comunismo crítico”*. Rio de Janeiro: Revan, 2006. 286 p.

_____. Uma viagem instrutiva à China. In: JABBOUR, Elias. *China hoje: Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois; Paraíba: Eduepb, 2012, p. 41-56.

_____. *La lotta di classe*. Una storia politica e filosofica. Roma-Bari: Laterza, 2013. 383 p.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 50, 1976, p. 83-101.

_____. O enigma brasileiro atual: Lula será devorado? In: *Ciência Geográfica*: Bauru, nº 10, vol. 10 (2), 2004, p. 127-131.

MATTOSO, Jorge. O Brasil Herdado. In: *Brasil, entre o passado e o futuro*. SADER, Emir e GRACIA, Marco Aurélio (orgs.). São Paulo: Perseu Abramo; Boitempo, 2010, p. 31-55.

MARX, Karl. *A burguesia e a contra-revolução*. 3 ed. Trad. Chasin, J. M. D. PRADES, J. M. D. e AGUIAR, M. V. M. São Paulo: Ensaio, 1987. 98 p.

_____. e ENGELS Friedrich. *A ideologia alemã*. 8 ed. Trad. BRUNI, José Carlos e NOGUEIRA, Marco Aurélio. São Paulo: Hucitec, 1991. 138 p.

NASSIF, André. Estagnação: reflexões e sugestões. In: *Valor Econômico*, 12.07.2013, p. A11.

OJEDA, Igor e BRASILINO, Luís. Por que o PIBinho? In: *Le monde Diplomatique Brasil*, nº 70, maio de 2013, p. 4-7.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. 150 p.

_____. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco, BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-27.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. In: *Revista de Economia Política*. nº 4 (1) 1981, p. 5-34.

_____. *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 96 p.

_____. O quarto ciclo de Kondratiev. In: *Revista de Economia Política*. nº 4 (10) 1990, p. 5-34, p. 30-43.

_____. Fim de linha. In: BENJAMIN, César (org.). *Obras Reunidas*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 762 p.

RIBEIRO, Ivan de Otero. *Agricultura, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 276 p.

ROMÃO, Maurício Costa. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. Camargo, José Márcio e Fabio Giambiagi (orgs.). In: *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SILVA, Marcos Aurélio da. Japão: revolução passiva e rivalidade imperialista. In: *Site Gramsci e o Brasil*. <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=902>. Abril, 2008. 10 p. Acesso em 17.06.2013.

_____. La crisi politica brasiliana. In: *Gramsci Oggi* – Rivista di política e di cultura della sinistra di classe. Luglio, 2013, p. 17-18. http://www.gramscioggi.org/index_file/Gramsci%20oggi-002-2013.pdf. Acesso em 02.08.2013.

SIMONI, Nicola. *Tra Marx e Lenin*: La discussione sul concetto di formazione economico-sociale. Napoli: La Citta Del Sole, 2006. 187 p.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 276 p.

WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva*: iberismo e americanismo no Brasil. 2 ed. Rio de janeiro: Revan, 2004. 242 p.

Recebido em agosto 2013/ Aprovado em dezembro de 2013